

Câmara tenta aumentar o salário dos deputados

Arquivo/21-3-89

Arquivo/9-2-88

NÚBIA FERRO

BRASÍLIA — Pareceres assinados pelo Presidente e pelo Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade (PMDB-CE) e Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), recomendam ao plenário que garanta o aumento dos salários dos parlamentares, rejeitando projeto de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que impede o reajuste. A proposta de Fernando Henrique, que o Senado aprovou, começará a ser discutida terça-feira pelo plenário da Câmara, que esta semana assegurou a manutenção do congelamento do piso nacional de salários.

O último reajuste dos salários dos deputados foi concedido em dezembro do ano passado, mas o projeto de Fernando Henrique considera que os salários dos parlamentares não sofreram a mesma deterioração que a proposta de reajuste dos servidores pretendia compensar.

O parecer do Relator do projeto, Inocêncio de Oliveira, não deixa qualquer dúvida quanto à disposição dos parlamentares do PFL de não permanecer por mais tempo com o atual salário de NCZ\$ 4,2 mil (fora as gratificações, que o elevam para cerca de NCZ\$ 8 mil).

— Todos concordam que a remuneração dos congressistas está defasada — alega Inocêncio no parecer em que vota pela rejeição do projeto de Fernando Henrique.

O parecer da Mesa, dado por Paes de Andrade, igualmente conclui pela rejeição do projeto e a concessão do aumento. Mas há deputados que são



Paes de Andrade endossa reposição

contra o reajuste.

— Se esta Casa não quiser morrer politicamente, tem que aprovar o projeto de Fernando Henrique e dispensar o aumento, de NCZ\$ 1,2 mil, que resultaria da aplicação do Decreto Legislativo 72 — argumenta o Deputado José Genoíno (PT-SP).

Para Genoíno, desta vez os parlamentares não poderão esconder-se atrás do voto secreto, prerrogativa que tiveram para manter o veto presidencial sobre o projeto de lei da Comissão Especial do Salário Mínimo, na sessão de quarta-feira. Na ocasião foi mantido, com a decisão dos parlamentares, o salário-mínimo de NCZ\$ 63,90, quando o projeto propunha aumento para NCZ\$ 139.

O Líder do PSDB na Câmara, Deputado Euclides Scalco (PR), tem a mesma opinião de Genoíno. Para Scalco, os deputados precisam manter a coerência, porque afinal a argumentação básica dos que votaram a



Inocêncio: para cobrir defasagem

favor da manutenção do veto para o novo salário-mínimo proposto pelo Congresso foi a de que o aumento geraria inflação e sobrecarga de gastos para a União. O Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que virou muitos votos do PMDB, argumentou que um reajuste de mais de cem por cento causaria grande impacto na inflação, além de provocar a insolvência da Previdência Social.

Os Líderes do PFL, Deputado José Lourenço (BA), e do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), preferem não dar importância à matéria, que deveria ter sido votada esta semana e foi estrategicamente adiada para a próxima. Lourenço alegou que desconhecía o projeto (já aprovado pelo Senado) e Ibsen disse que não estava acompanhando o assunto.

Pelo Decreto Legislativo 72, em seu artigo 8º, os parlamentares têm direito a um reajuste equivalente ao índice fixado para os servidores públicos, limitado ao IPC.